



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA

“Casa de Epitácio Pessoa”

ATA

ATA DA 24<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA DA 3<sup>a</sup>  
SESSÃO LEGISLATIVA DA 20<sup>a</sup>  
LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA,  
REALIZADA NO DIA 12 DE AGOSTO DE  
2025.

Presidência do senhor deputado Júnior Araújo.

**- Presidente -**

Secretário o senhor deputado Dr. Taciano Diniz.

**- 1º secretário -**

Às dez horas e cinco minutos do dia doze de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, no Plenário “Deputado José Mariz”, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, realizou-se a presente Sessão Ordinária. Além dos membros da Mesa acima mencionados compareceram os deputados: Adriano Galdino/REP; Anderson Monteiro/MDB; Bosco Carneiro/REP; Branco Mendes/REP; Caio Roberto/PL; Camila

Toscano/PSDB; Chico Mendes/PL; Cida Ramos/PT; Danielle do Vale/REP; Del. Wallber Virgolino/PL; Dr. Romualdo/MDB; Dra. Jane Panta/PP; Dra. Paula/PP; Eduardo Brito/SD; Eduardo Carneiro/SD; Felipe Leitão/REP; Félix Araújo/REDE; Francisca Motta/REP; Galego Souza/PP; George Morais/UNIÃO; Gilbertinho/UNIÃO; Hervázio Bezerra/PSB; Inácio Falcão/PC do B; João Gonçalves/PSB; João Paulo Segundo/PP; Jutay Meneses/REP; Luciano Cartaxo/PT; Manoel Ludgério/PSDB; Michel Henrique/REP; Sargento Neto/PL; Silvia Benjamin/REP; Tanilson Soares/PSB; Tião Gomes/PSB; Tovar/PSDB. Havendo número regimental, o senhor Presidente, “invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano”, declarou aberta a presente Sessão e fez um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da COVID-19. Após a pausa, o Presidente passou a palavra para o deputado Sargento Neto, assim, o parlamentar fez a leitura de uma passagem bíblica. Em sequência, o Presidente passou a palavra ao primeiro secretário, o deputado Dr. Taciano Diniz, para a leitura do Expediente em Mesa. Em seguida, o Presidente, deputado Júnior Araújo, solicitou a dispensa da leitura das atas anteriores como também a votação da redação final das matérias aprovadas, considerando aprovadas as atas das sessões anteriores. Na sequência, deu-se início ao Pequeno Expediente. O deputado Sargento Neto falou sobre a reunião com o presidente da casa para receber os policiais licenciados; discutiu sobre a utilização das redes sociais para estimular a pedofilia; mencionou a importância da vigilância dos pais para que possam acompanhar a utilização das redes sociais por crianças; afirmou que irá sugerir a criação da Lei Felca, que visa combater a adultização das crianças; abordou o suicídio de um policial militar; e citou a importância do combate ao assédio moral. Em seguida, o deputado Wallber Virgolino se solidarizou aos policiais licenciados, que estão desligados de forma ilegal; falou sobre o atraso nas obras do arco metropolitano; mencionou sobre um ato dos traficantes na Praça do Jacaré, e outro na cidade de Gurugi, remetendo a falta de controle do Governo do Estado; e mencionou uma denúncia sobre a retirada de médicos nas UPAs de João Pessoa. Com a palavra, a deputada Francisca Motta falou sobre a inauguração da primeira padaria artesanal da Paraíba; mencionou a importância dessa iniciativa; e pediu que esse trabalho continue no Estado da Paraíba. Logo após, a deputada Cida Ramos demonstrou felicidade em ouvir a fala do Sargento Neto em defesa das crianças e adolescentes; discorreu sobre a importância de frear as redes

sociais; fez a proposta da criação de uma Comissão para organizar os projetos, opinar sobre políticas públicas para crianças e adolescentes, como também regular o controle das redes sociais; por último, pediu a realização de uma audiência pública com os órgãos responsáveis por crianças e adolescentes no estado. Com a palavra, o deputado Dr. Taciano Diniz afirmou que há algum tempo pede a realização de concurso para as forças de segurança pública do estado; enfatizou que as forças policiais precisam de reforços; fez a exposição de um assalto ocorrida na cidade de Nova Olinda; cobrou a reforma da Escola Maria do Socorro Quirino na Cidade de Imaculada, exigiu o patrulhamento da estrada que percorre Itaporanga; e pediu averiguação das diversas denúncias do programa “Tá na mesa”, uma vez que há indícios de favorecimento de fornecedores. Em seguida, o Presidente passou a palavra para o deputado Dr. Romualdo. Em tribuna, saudou a todos; comentou sobre algumas obras em andamento no Estado; frisou a necessidade de fortalecimento dos recursos hídricos no interior; pediu foco nas adutoras; justificou que ainda há muitos municípios que enfrentam falta de água; e lamentou que a população acaba sofrendo com este tipo de transtorno, além de atrasar o andamento e agilidade das atividades agrícolas das regiões interioranas. Logo após, foi passada a palavra para o deputado Félix Araújo. Em discurso, saudou a todos; demonstrou preocupação com os recursos tecnológicos; explicou que a facilidade de acesso ameaça a integridade das crianças; pediu a solidarização da Casa Legislativa com a temática; justificou que a pedofilia torna-se extremamente perigosa para a população; solicitou atenção do poder público e dos órgãos responsáveis para o combate à sexualização das crianças; e defendeu que se torna relevante a proteção da integridade dos nossos jovens. Dando seguimento, foi passada a palavra para o deputado Hervázio Bezerra. No momento discursivo, saudou a todos; criticou a especulação indevida por parte da mídia em relação aos assuntos delicados, principalmente na política; explanou que não possui mais nenhuma ambição política; justificou que seu futuro político seria seu filho, assim, explicou que sua postura será sempre em honra e apoio ao Sr. Léo Bezerra; falou que possui uma história e legado político a ser respeitado. Na sequência, foi passada a palavra para o deputado Jutay Menezes. Em discurso, saudou a todos; citou algumas atividades legislativas em sua agenda a respeito da defesa dos pescadores; pediu atenção dos parlamentares para apoiar o tema; explicou que a categoria merece atenção

em momentos de baixa nas atividades da pesca; lamentou a falta de respeito com as diversidades religiosas; criticou a fala de parlamentares para agredir a religião do cidadão; e defendeu o respeito à liberdade religiosa. Em seguida, foi passada a presidência dos trabalhos para o deputado Jutay Menezes. Com a palavra, o deputado João Paulo Segundo. Em tribuna, iniciou saudando a todos; frisou a importância da segurança hídrica no Estado; falou da relevância das atividades agrícolas que dependem das irrigações; explicou que o tema precisa de atenção maior do Poder Público, além do apoio para os agricultores; e defendeu o fortalecimento, bem como o aumento das irrigações, objetivando fortalecer todo o comércio local, principalmente no quesito pecuarista e produção de leite para a população. Prosseguindo a sessão ordinária, foi passada a palavra ao deputado Michel Henrique. Em discurso, saudou a imprensa, os colegas e o público, informando que, durante o recesso, percorreu cerca de 10 mil quilômetros visitando bases políticas na Paraíba; relatou participação em eventos em Juru - PB, onde parabenizou a prefeita Solange pelos feitos; cumprimentou a OAB e a Caixa de Assistência pela organização da Corrida Pôr do Sol; destacou a sanção da Lei nº 13.775/2025, que garantiu a pessoas com transtorno do espectro autista o direito de levar alimentos e utensílios pessoais a estabelecimentos públicos e privados, e da Lei nº 13.816/2025, que concedeu prioridade em vagas de estacionamento a gestantes e pais com filhos de até dois anos; reiterou o compromisso de seu mandato com a produção legislativa; e anunciou novas etapas da “Caravana da Inclusão”. Dando continuidade, foi passada a palavra ao deputado João Gonçalves, que saudou os presentes e agradeceu ao Governador João Azevedo pelo trabalho, o qual vem realizando nos interiores da Paraíba, e por acolher os encaminhamentos, bem como pedidos da Casa. Ainda com a palavra, destacou que esteve com o Prefeito Cicero Lucena em reunião, nesse momento, foram escolhidas 44 ruas para serem asfaltadas; por último, relatou que participou, junto ao vice-governador Lucas Ribeiro, de visitas a cidades da região de Campina Grande durante o recesso parlamentar. Em seguida, o deputado Adriano Galdino referiu-se ao tema de direita e esquerda partidária; refletiu que os parlamentares possuem a mesma essência, independente de que lado estejam; declarou que no Brasil não existe direita e esquerda e sim uma desigualdade social; proferiu que tal temática veio apenas para segregar a população brasileira; orientou para que o Sargento Neto e Cida Ramos não

se afastassem devido a essas ideologias, visto que os mesmos parlamentares defendem a “mesma bandeira”; declarou que sempre defendeu o presidente Lula; e se referiu a sua alegria em muitos cidadãos também estarem apoiando seu governo e se aproximando ao projeto do atual presidente; por último, declarou sobre sua luta e percalços diante da sua candidatura para o governo. Em seguida, deu-se início à Ordem do Dia.

**1. VETOS – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO – QUÓRUM: MAIORIA ABSOLUTA: VOTANDO SIM, O DEPUTADO REJEITA O VETO, APROVANDO O PROJETO, E VOTANDO NÃO, ACEITA O VETO, REJEITANDO O PROJETO - (ART. 228 INC. II E III DO R.I): 138/2024 - DO GOVERNADOR DO ESTADO**

- Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 1.657/2024 de autoria da Deputada Cida Ramos, que "Veda a cobrança inerente à aquisição de cartões cashless ou outros instrumentos similares, utilizados para a aquisição de alimentos ou bebidas em eventos públicos ou privados no estado da Paraíba. RAZÕES DO VETO:

INCONSTITUCIONALIDADE PARECER DA CCJR PELA REJEIÇÃO DO VETO. Em discussão os pareceres, não houve quem quisesse discuti-los. Em votação os pareceres, aprovados. Em discussão o veto, o deputado Anderson Monteiro, líder da oposição, relatou que a cobrança do cartão fere o código do consumidor. Proferiu que tal projeto, de autoria da deputada Cida Ramos, é bem simples e não possui bandeira partidária, e, portanto, orientou pela derrubada do veto. O deputado Adriano Galdino proferiu que tal explanação deve ser feita sempre. O deputado Chico Mendes proferiu que tal cobrança de fato é injusta para com o consumidor e liberou a bancada para a votação. Em votação, veto rejeitado, com 28 votos sim e 2 votos não. **177/2024 – DO GOVERNADOR DO ESTADO**

- Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 1.890/2024 de autoria do Deputado Chico Mendes, que "Dispõe sobre a equiparação do Lúpus Eritematoso Sistêmico às deficiências físicas e intelectuais, para os efeitos jurídicos e dá outras providências". RAZÕES DO VETO:

INCONSTITUCIONALIDADE PARECER DA CCJR PELA MANUTENÇÃO DO VETO. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação o parecer, aprovado. Em discussão o veto, o deputado Chico Mendes proferiu que o veto é devido ao cumprimento da Constituição Federal e, portanto, orientou pela manutenção do veto. O deputado Anderson Monteiro liberou a bancada. Em votação, veto mantido,

com 6 abstenções, 1 voto sim e 23 votos não. **178/2024 –DO GOVERNADOR DO ESTADO** - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 2.019/2024 de autoria do Deputado George Morais, que "Institui o “Selo Elas à Frente Paraíba”, âmbito do Estado da Paraíba e dá providências". RAZÕES DO VETO: INCONSTITUCIONALIDADE PARECER DA CCJR PELA MANUTENÇÃO DO VETO. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação o parecer, aprovado. Em discussão o veto, não houve quem quisesse discuti-lo. O deputado Anderson Monteiro orientou pela derrubada do veto e o líder do governo, deputado Chico Mendes, orientou pela manutenção do veto. Em votação, veto mantido, com 5 abstenções, 15 votos sim e 9 votos não. Item 2. MEDIDAS PROVISÓRIAS. MP n. 343/2025 – DO GOVERNADOR DO ESTADO - Institui programas de regularização incentivada de débitos fiscais relacionados ao ICMS e da dívida ativa não tributária, altera a Lei nº 9.520, de 24 de novembro de 2011, e dá outras providências. APROVADA A URGÊNCIA E RELEVÂNCIA EM 03/06/2025. DESIGNADO RELATOR ESPECIAL. O deputado Chico Mendes, que emitiu parecer pela aprovação da matéria. Posto em discussão o parecer, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão a Medida Provisória, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação, a Medida Provisória foi aprovada por unanimidade. MP n. 344/2025 – DO GOVERNADOR DO ESTADO - Institui, no âmbito do Poder Executivo Estadual, os Prêmios Professor Nota Mil, Escola Nota Mil e Melhores do Ano e dá outras providências. APROVADA A URGÊNCIA E RELEVÂNCIA EM 11/06/2025. DESIGNADO RELATOR ESPECIAL. O deputado Chico Mendes, que emitiu parecer pela aprovação da matéria. Posto em discussão o parecer, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão a Medida Provisória, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação, a Medida Provisória foi aprovada por unanimidade. Item 3. MEDIDA PROVISÓRIA. MP n. 345/2025 – DO GOVERNADOR DO ESTADO - Altera a Lei nº 13.751, de 25 de junho de 2025, que altera a Lei nº 12.029, de 27 de agosto de 2021, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD, nas doações de imóveis residenciais destinados à moradia, quando vinculados a programa de habitação popular. DESIGNADO RELATOR

ESPECIAL. O deputado Chico Mendes, que emitiu parecer especial pela relevância e urgência; posto em discussão o parecer, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação, o parecer, pela relevância e urgência, foi aprovado por unanimidade. Item 4. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM 1º TURNO – PLC 50/2025 – DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 96, de 3 de dezembro de 2010. Na ocasião, o requerimento de urgência urgentíssima foi aprovado por unanimidade e foi designado como relator especial o Deputado Hervázio Bezerra, que emitiu parecer pela aprovação da matéria; em discussão o parecer, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto de lei complementar, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação o projeto, o encaminhamento das bancadas e das lideranças foi pela aprovação. Após a abertura do painel, constatou-se o resultado final: 28 votos “sim”, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção; aprovado o projeto de lei complementar nº 50/2025, em primeiro turno. Item 5. PROJETOS DE LEI. PLO nº. 4.669/2025–DO GOVERNADOR DO ESTADO - Dispõe sobre a alteração do nome da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) e altera a Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, que define a Estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo Estadual. Na ocasião, o requerimento de urgência urgentíssima foi aprovado por unanimidade e foi designada como relatora especial a Deputada Sílvia Benjamin, que emitiu parecer pela aprovação da matéria; em discussão o parecer, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto de lei, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação o projeto, este foi aprovado por unanimidade. PLO nº. 4.674/2025 – DO GOVERNADOR DO ESTADO - Denomina de Ponte do Futuro Governador José Targino Maranhão, a ponte que se inicia na Praia do Jacaré, no município de Cabedelo, e termina na Comunidade Ribeira, no município de Santa Rita, com 2,17 quilômetros de extensão sobre o Rio Paraíba. Na ocasião, o requerimento de urgência urgentíssima foi aprovado por unanimidade e foi designado como relator especial o deputado João Gonçalves, que emitiu parecer pela aprovação da matéria; em discussão o parecer, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto de lei, não houve quem quisesse fazer

uso da palavra; em votação o projeto, este foi aprovado por unanimidade. Assumiu a presidência o Deputado Félix Araújo. PLO nº. 4.763/2025 – DO TRIBUNAL DE CONTAS - Fixa o percentual para revisão geral das remunerações dos servidores do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. Na ocasião, o requerimento de urgência urgentíssima foi aprovado por unanimidade e foi designada como relatora especial a deputada Danielle do Vale, que emitiu parecer pela aprovação da matéria; em discussão o parecer, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto de lei, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação o projeto, este foi aprovado por unanimidade. PLO nº. 2.272/2024 - DO DEPUTADO LUCIANO CARTAXO - Prioriza a realização de exame de mamografia em mulheres de 40 a 70 anos e com histórico familiar de câncer de mama e ou nódulos em toda a rede de saúde pública do Estado da Paraíba. Matéria prejudicada em virtude da ausência do autor da matéria. PLO nº. 2.432/2024 - DO DEPUTADO JÚNIOR ARAÚJO - Dispõe sobre o Programa Estadual de Vacinação em Escolas Públicas e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Matéria prejudicada em virtude da ausência do autor da matéria. PLO nº. 2.635/2024 - DO DEPUTADO CHICO MENDES - Dispõe sobre o fomento à exibição de filmes educativos nas escolas públicas do estado da Paraíba. Matéria prejudicada em virtude da ausência do autor da matéria. PLO nº. 3.180/2024 - DO DEPUTADO JOÃO PAULO SEGUNDO - Dispõe sobre reconhecer a cidade de São Sebastião de Lagoa de Roça-PB como a capital da avicultura caipira da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. Na ocasião, foi designado como relator especial o deputado Michel Henrique, que emitiu parecer pela aprovação da matéria; em discussão o parecer, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto de lei, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação o projeto, este foi aprovado por unanimidade. PLO nº. 3.567/2025 - DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO – Dispõe sobre a obrigatoriedade de funcionamento ininterrupto de Banco de Leite Humano (BLH) e Posto de Coleta de Leite Humano (PCLH) em todas as maternidades gerenciadas pelo Estado da Paraíba. Na ocasião, foi designado como relator especial o deputado Anderson Monteiro, que emitiu parecer pela aprovação da

matéria; em discussão o parecer, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto de lei, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação o projeto, este foi aprovado por unanimidade. PLO nº. 3.608/2025 - DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE - Dispõe sobre a Política de Inserção e Promoção de Mulheres no Setor Cultural, no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA SUPRESSIVA. Na ocasião, foi designada como relatora especial a deputada Sílvia Benjamin, que emitiu parecer pela aprovação da matéria; em discussão o parecer, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto de lei, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação o projeto, esse último foi aprovado por unanimidade. PLO nº. 3.959/2025 - DO DEPUTADO SARGENTO NETO - Denomina de Penitenciária Regional Feminina Professora Anayde Beiriz a unidade prisional regional feminina de Campina Grande/PB. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. Na ocasião, foi designado como relator especial o deputado Jutay Meneses, que emitiu parecer pela aprovação da matéria; em discussão o parecer, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto de lei, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação o projeto, este foi aprovado por unanimidade. PLO nº. 4.069/2025 - DA DEPUTADA CIDA RAMOS - Dispõe sobre a realização de manutenção preventiva nos veículos públicos que realizam transporte de estudantes no estado da Paraíba, e dá outras providências. Na ocasião, foi designado como relator especial o deputado Hervázio Bezerra, que emitiu parecer pela aprovação da matéria; em discussão o parecer, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto de lei, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação o projeto, este foi aprovado por unanimidade. PLO nº. 1.380/2023 - DO DEPUTADO BOSCO CARNEIRO - Concede o Título de Cidadão Paraibano ao jornalista Antônio Vieira de Lima Júnior, pelos relevantes serviços prestados em prol dos paraibanos e da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. Na ocasião, foi designada como relatora especial a deputada Dra. Paula, que emitiu parecer pela aprovação da matéria; em discussão o parecer, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação, parecer aprovado por

unanimidade. Em discussão o projeto de lei, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação o projeto, este foi aprovado por unanimidade. Após isso, houve a inclusão de pauta do PLO nº 4.764/2025 – DO DEPUTADO SARGENTO NETO E DO DEPUTADO DEL. WALLBER VIRGOLINO. Na ocasião, o requerimento de urgência urgentíssima foi aprovado por unanimidade e foi designado como relator especial o deputado Michel Henrique, que emitiu parecer pela aprovação da matéria; em discussão o parecer, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto de lei, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação o projeto, este foi aprovado por unanimidade. Item 6. PROJETOS DE RESOLUÇÃO - PRE nº. 421/2025 - DO DEPUTADO JÚNIOR ARAÚJO E DA DEPUTADA DR<sup>a</sup> PAULA- Concede a Medalha Padre Inácio de Sousa Rolim- Padre Rolim, a prefeita constitucional de Cajazeiras, a Exma. Sra. Maria do Socorro Delfino. Na ocasião, foi designado como relator especial o Deputado Dr Romualdo, que emitiu parecer pela aprovação da matéria; em discussão o parecer, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto de resolução, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação o projeto, este foi aprovado por unanimidade. PRE nº. 422/2025 - DO DEPUTADO JÚNIOR ARAÚJO E DA DEPUTADA JANE PANTA - Concede a Medalha Epitácio Pessoa ao Sr. José Aldemir Meireles de Almeida, em reconhecimento aos seus relevantes serviços prestados à sociedade paraibana. Na ocasião, foi designada como relatora especial a deputada Camila Toscano, que emitiu parecer pela aprovação da matéria; em discussão o parecer, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto de resolução, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação o projeto, este foi aprovado por unanimidade. PRE nº. 457/2025 - DO DEPUTADO FÉLIX ARAÚJO - Concede a Medalha Augusto dos Anjos à professora Eneida Agra Maracajá. Na ocasião, foi designado como relator especial o Deputado João Paulo Segundo, que emitiu parecer pela aprovação da matéria; em discussão o parecer, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto de resolução, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação o projeto, este foi aprovado por unanimidade. PRE nº. 458/2025 - DO DEPUTADO FÉLIX ARAÚJO - Concede a Medalha do

Mérito Eclesiástico in memoriam ao Pastor Francisco Pacheco de Brito. Na ocasião, foi designado como relator especial o deputado Dr. Romualdo, que emitiu parecer pela aprovação da matéria; em discussão o parecer, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto de resolução, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação o projeto, este foi aprovado por unanimidade. PRE nº. 361/2025 – DA COMISSÃO DOS DIREITOS DA MULHER - Concede a Medalha Mérito Penal à policial penal Cinthya Almeida de Araújo, diretora da Penitenciária de Recuperação Feminina “Maria Júlia Maranhão”. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra; em discussão o projeto, falou a Camila Toscano, que parabenizou o trabalho da Comissão pela concessão da honraria, disse que a homenagem a Cinthya Almeida era meritória e afirmou que votaria favoravelmente à matéria. Não houve mais discussão, o projeto foi posto em votação e aprovado por unanimidade. Item 7. INDICAÇÃO. Após acordo entre as bancadas de lideranças e sugestão acolhida pela presidência, todas as matérias do item foram apreciadas e votadas em bloco e aprovadas por unanimidade, com exceção das matérias dos Deputados ausentes no momento da votação. Item 8. PEDIDO DE INFORMAÇÃO. Pedido de informação nº 261/2025 – DO DEPUTADO DR. ROMUALDO – Requeiro, a Vossa Excelência, na forma do art. 53 da Carta Estadual e art. 115 do Regimento Interno desta Casa, por meio da Resolução nº 1.578, de 19 de dezembro de 2012, que seja solicitado à Secretária de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade da Paraíba, as informações relativas ao pagamento da bolsa do Programa Agente Jovem Ambiental. Na ocasião, foi designado como relator o deputado Tovar, que emitiu parecer pela aprovação da matéria; em discussão o parecer, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o pedido de informação, não houve quem quisesse fazer uso da palavra; em votação o pedido, este foi aprovado por unanimidade. Item 9. REQUERIMENTOS DE SESSÃO ESPECIAL E AUDIÊNCIA PÚBLICA. Após acordo entre as bancadas de lideranças e sugestão acolhida pela presidência, todas as matérias do item foram apreciadas e votadas em bloco e aprovadas por unanimidade, com exceção das matérias dos Deputados ausentes no momento da votação. Nada mais havendo a tratar, o presidente informou que, após o término da presente Sessão, haveria uma Sessão

Extraordinária, na qual seria votado, em segundo turno, o PLC nº 50/2025 – DO TRIBUNAL DE CONTAS DA PARAÍBA. Em seguida, encerrou os trabalhos. O inteiro teor da Sessão foi gravado e filmado, e as notas taquigráficas, após decodificadas e revisadas, poderão ser consultadas na íntegra. A presente ata foi lavrada e, após aprovada, será assinada pela presidente e encaminhada para publicação no Diário do Poder Legislativo da Paraíba. João Pessoa, 12 de agosto de 2025.



TOVAR CORREIA LIMA  
Deputado Estadual

- Presidente -



Branco Mendes  
Deputado

- 1º secretário -